



Três casos de mutilação genital chegaram a tribunal em Portugal

Mutilação genital será crime mesmo se praticada lá fora

Violência de género
Ana Cristina Pereira

Alteração decorre da Convenção para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres

A mutilação genital deverá ser punida em Portugal mesmo que as crianças sejam levadas ao estrangeiro. É uma imposição da Convenção para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, conhecida por Convenção de Istambul, em desde o início do mês.

Antes das férias, o Grupo de Trabalho sobre as Implicações Legislativas da Convenção de Istambul esteve a ouvir organizações indicadas pelos partidos. No início do ano legislativo, serão ouvidos em plenário o Conselho Superior de Magistratura, o Conselho Superior do Ministério Público e a Ordem dos Advogados. “Depois, o processo será rápido”, prevê a coordenadora, a deputada Carla Rodrigues (PSD).

Não é que exista um vazio legal. No Código Penal, há desde 2007 uma alínea sobre mutilação genital total ou parcial no crime de ofensas corporais graves a punir quem afectar a capacidade de fruição sexual de outrem. Já este ano, os grupos parlamentares do BE, do PSD e do CDS apresentaram projectos de lei destinados a autonomizar o crime de mutilação genital.

Nenhuma das propostas que estão em cima da mesa gera consenso absoluto. “Há que limar arestas”, adianta a deputada. Unânime, esclarece ainda, é a vontade de criar um crime

autónomo e de salvaguardar a competência jurídica mesmo quando o crime é cometido contra um cidadão português ou residente em Portugal fora do território nacional.

Conforme tem dito a secretária de Estado da Igualdade, Teresa Moraes, Portugal é considerado um país de risco por nele residirem pessoas oriundas de países com tradição de excisão, como a Guiné-Bissau, o Senegal, o Egípto, a Gâmbia, a Nigéria ou a Serra Leoa. Presume-se que tal prática ocorra, em grande secretismo, dentro do território nacional. E há notícia de crianças levadas ao país de origem nas férias e aí sujeitas a tal acto. Aos tribunais chegaram até ao final do ano passado três casos. Foram todos arquivados.

O discurso público tem estado muito focado na comunidade da Guiné-Bissau. Fazê-lo “é redutor da realidade” e gera “animosidade”, alertou, no parecer que produziu para a Assembleia da República, a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR). Aquela organização feminista defendeu ainda a necessidade de envolver as comunidades praticantes no plano de prevenção.

O país tem um programa de acção para a eliminação da mutilação genital feminina, no âmbito do Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e Não-Discriminação. Está a criar uma plataforma que deve coligir os casos que chegam aos profissionais de saúde. Também está a envolver a Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco.

Portugal foi o primeiro membro da União Europeia a ratificar a Convenção de Istambul. Está em vigor em 14 países. Outros 22 Estados europeus já a assinaram e estão em vias de a ratificar.



Excisão passará a ser crime mesmo quando feita lá fora

Propostas em cima da mesa geram consenso. Audições no início do ano legislativo p8